

SUMÁRIO

1. Editorial

“Às mulheres: protagonistas do desenvolvimento”

Por: Josep Puig i Gómez

Coordenador Geral da Cooperação

Espanhola em Angola

2. Cooperação Bilateral

- MINFAMU

3. Cooperação Multilateral

- FAO

- PNUD

4. Cooperação com ONGDS

- HABITÁFRICA

- PROMAICA

- Fórum de Mulheres Jornalistas para a

Igualdade de Género

5. Outras Noticias da Cooperação Espanhola em Angola

- Celebração do Dia Internacional da Mulher

- Arranca o processo de Programação Operativa

- Lançamento do Programa Terra

- Promovendo a qualidade da ajuda

- União Latina protege a diversidade Cultural em Angola

Editorial

Às mulheres: protagonistas do desenvolvimento

O lançamento do quarto Boletim Cooperando coincide com a celebração do Mês das Mulheres. E em Angola de maneira especial, além de celebrar o dia Internacional das Mulheres 8 de Março, se comemora o 2 do mesmo mes, dia das Mulheres Angolanas, recordando o seu papel importante na luta pela independência e pela paz.

Dias pontuais, um mês concreto, mais esta luta pela igualdade real entre mulheres e homens, por uma sociedade livre de discriminações, é a luta conjunta de muitas mulheres em todo o mundo. Mulheres como a rainha Ginga, heroína angolana que viveu entre 1582 e 1663, que lutou contra o poder colonial Português e é, entre outras, as mulheres como ela, a que devemos apoiar e unir nossos esforços todos os dias do ano.

É nesta linha e com o compromisso político pela promoção de igualdade de género, a Cooperação Espanhola (CE) obteve nos últimos anos avanços importantes a nível normativo. O III Plano Director, em coerência com a Estratégia de Género e Desenvolvimento da CE, incorpora o Enfoque de Género em Desenvolvimento com uma dupla prioridade: a sectorial e a horizontal, com o fim de obter o empoderamento das mulheres na luta contra a pobreza.

Estes avanços normativos têm sido em paralelo com o incremento do orçamento da CE no sector de género nos últimos anos (se passaram de 50 milhões de euros em 2004 a 299 milhões de euros em 2008, o que representa um aumento de 498%).

Desde o Escritório de Cooperação de Embaixada de Espanha em Angola acreditamos que seja indispensável que toda acção de desenvolvimento se sustente em princípios éticos de equidade e justiça social. É por isto que em associação com diversas organizações de mulheres, ONGD e instituições públicas, se tem apoiado ao longo da presença da CE no país, varias intervenções com o fim de promover a igualdade entre mulheres e homens. Além disso, se impulsionam, em todas as intervenções da CE, a integração de um Enfoque Baseado em Direitos, com especial ênfase no enfoque do género, o empoderamento e a participação política das mulheres, com o fim de obter a superação das desigualdades entre homens e mulheres.

E para terminar, gostaria recordar a frase de Eunice Nanguve Inácio, angolana proposta para o premio Nobel da Paz 2005 “*desejo ver as mulheres livres da pobreza e analfabetismo, contribuindo para a paz e o desenvolvimento equitativo em Angola, ver as mulheres lideres prevenindo conflitos armados e promovendo uma governação justa e inclusiva*”. Tomamos a sua palavra, para que esta se faça realidade, para que a sociedade num dia não muito longe, reconheça as mulheres como pessoas, respeite seus direitos e valorize a sua importância.

Josep Puig i Gómez
Coordenador Geral da Cooperação Espanhola em Angola

O Governo de Angola trabalhando por uma Política de Género

O **Ministério da Família e Promoção da Mulher (MINFAMU)** é o Órgão do Executivo encarregue de definir e executar a política nacional para a defesa, protecção e bem-estar da família e garantir a igualdade e equidade de género.

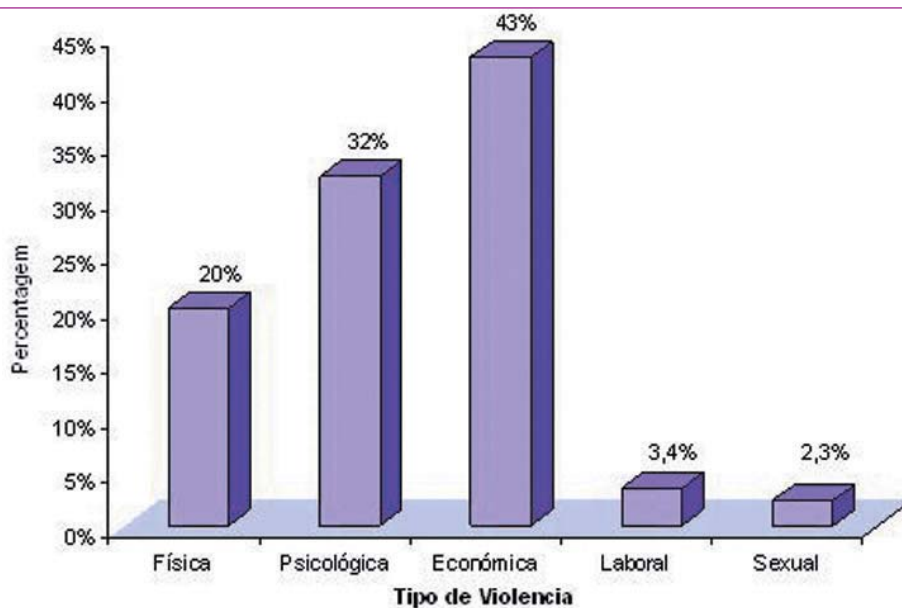
O Ministério da Família e Promoção da Mulher tem como desafios principais para este ano o reforço da sua capacidade institucional, do Conselho de Coordenação Multisectorial em Género e do Conselho Nacional de Família, a transversalidade das questões de género e família pelos diferentes sectores, a protecção a vítima de violência, a construção de diálogo com os outros sectores sobre estatísticas e orçamento de género, bem como de um

dades pessoais e de fazer opções, independentemente dos papéis atribuídos a homens e mulheres.

Por outro lado, a tradução em legislação e programas as recomendações dos relatórios da Convenção sobre Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres levou a elaboração da Lei Contra a Violência Doméstica que se encontra em análise na Assembleia Nacional e é um instrumento importante para a prevenção de casos de violência. Prevendo-se como outros elementos de protecção e apoio jurídico, psicológico e social os Centros de Aconselhamento Familiar e as Casas de Abrigo temporárias.

maior parte das famílias vivem bem como a mudança da sua estrutura causada pela guerra e VIH e Sida em que os papéis tradicionais de pais e mães foram alterados transferindo-os para os filhos, acções têm sido implementadas com vista a melhoria do bem-estar de cada um dos indivíduos.

A maior conquista desta instituição é a criação de organismos e instrumentos que apoiam e protegem as mulheres e famílias fazendo com que a visibilidade das questões relacionadas com estes grupos tenha aumentado nos últimos anos. A promoção de medidas estruturantes a nível da igualdade género como o empreendedorismo feminino, aumento da participação da mulher em órgão de tomada de



Fonte: MINFAMU, "Distribuição gráfica dos Casos de Violência Anual de 2010 das Direções Provinciais"

melhor conhecimento do estatuto das mulheres e situação das famílias angolanas. O objectivo deste trabalho, centra-se especialmente na redução dos níveis de violência doméstica e apoio às vítimas. A Cooperação Espanhola colabora com o MINFAMU através do fundo regional Espanha-NEPAD com o financiamento de algumas acções de combate a violência.

Embora a República de Angola ainda não tenha aprovada uma Política de Género, está em curso a sua formulação, pois o Ministério da Família e Promoção da Mulher reconhece que só há igualdade e equidade se todos os seres humanos forem livres de desenvolver as suas capaci-

As organizações de mulheres da sociedade civil têm sido uma alavanca nos avanços que foram registados relativamente a tomada de consciência da sociedade em que a violência doméstica é um crime, assim como para uma legislação sensível a participação das mulheres nos órgãos de tomada de decisão.

O Governo reconhece o papel que as famílias desempenham para a construção de um Homem novo. Assim tem-se levado a cabo acções que conduzem a um entendimento sobre o conceito e tipo de família angolana, a sua especificidade, extracto social e localização geográfica. Contra a situação de pobreza em que a

decisão a nível central e local, acções de formação e capacitação e apoio às diferentes associações e cooperativas levarão necessariamente a redução da pobreza e o alcance dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

A divulgação de estatísticas desagregadas por sexo e idades é uma das medidas que o Ministério da Família e Promoção da Mulher adoptou para o conhecimento da real situação da mulher em Angola e a sua monitorização.

Fonte: Gabinete da Ministra do MINFAMU

“Este Projecto mudou muito a minha vida”

A FAO tem um real compromisso com a integração do género em todos os seus projectos. No contexto africano às vezes traduzir isso em acções concretas e reais não parece óbvio, mas existem muitas experiências que provam que é possível.

Em Angola, um exemplo dessas experiências bem sucedidas onde a perspectiva do género é uma transversal visível é o Programa Especial para Segurança Alimentar (PESA) um programa da FAO-MINADERP e com financiamento da AECID. Este programa introduziu no país, como metodologia para a extensão rural, as Escolas de Campo de Agricultores (ECAs). As ECAs foram bem recebidas tanto pelas instituições como pela população pelo que foram identificadas como um motor para o desenvolvimento rural. Após o sucesso inicial, decidiu-se ampliar as temáticas de formação para incluir, além dos temas de produção agrícola, outros temas sociais com uma forte componente do género. Aos poucos, parece que isso começa a dar frutos e que algumas mudanças estão ocorrendo, especialmente na concessão de poderes às mulheres. Tal vez a melhor maneira de expressar essas pequenas mudanças é através das palavras de uma dessas mulheres.

Isabel N Cassonova é uma mulher de 39 anos, é casada e tem seis filhos. Isabel mora na cidade do Kuito, província do Bié, onde trabalha como professora em uma escola pública. Ela se define como uma professora e agricultora, tem vindo a participar no PESA quase desde o início, passaram cinco anos desde que participou na ECA e depois ela replicou o que aprendeu em seu próprio campo que é terra pertencente conjuntamente à sua família.

É uma mulher simpática, acessível e forte. É fácil falar com ela e quando se lhe perguntou o que significava participar neste programa ela respondeu segura e orgulhosa.

- Algo mudou em sua vida de participar neste projecto?

Este Projecto mudou muito a minha vida porque no início do Projecto eu era facilitadora simples de campo agora com tantas experiência já sou formadora dos outros facilitadores, formadora documentada (...) A minha vida anteriormente só dependia do salário da Educação, mas agora já mudou-

me muito porque consigo alguns fundos por causa das formações dadas por mim, já da um resultados financeiros para poder sobreviver.”

- O que significa que você é uma formadora documentada?

Dou vários temas, como por exemplo; alguns temas sociais, combate a violência doméstica, questões de género e cidadania, VIH/SIDA, transformações dos produtos do campo, plantas melhoradoras do solo, insumos locais.

Elaboração ou fabrico do Bio; como podemos fazer o composto; saber qual é a principal cultura da área e a principal cultura da época, quer dizer a calendarização das culturas.

As escolas de campo ou mesmo o Projecto consideramos de grande importância para mim. Porque com estas actividades feitas por mim tenho a destacar que no dia 31 de Janeiro de 2011 a 5 de Fevereiro de 2011, consegui formar com muito êxito um grupo no Município do Kuemba Província do Bié

pela organização não Governamental PEOPLE NEED em que atingi resultados satisfatórios.

- Agora quais são seus planos para o futuro?

Agora estou bem porque não só dependo da educação para além do pouco das formações também consigo boas colheitas no meu campo; no caso de hortícolas já não compro, o leite importado para mim é muito caro eu própria, transformo a soja em leite, café bolo, etc. contém mais proteínas e menos preço.

Futuramente penso muito para poder encontrar parceria com outras organizações em inclinarmos no âmbito das formações das comunidades, especialmente com mulheres, uma vez que as mulheres são o maior numero na sociedade, uma vez que as escolas de campo são prioridade para as nossas comunidades.

Fonte: FAO



Foto: FAO, “Isabel sorri durante uma sessão de formação”

Genero, municipalização e desenvolvimento local

É patente e notório que a situação e a política macro - económica e orçamentaria de muitos países não se revela eficaz e eficiente para dar respostas pontuais as políticas públicas e a provisão dos serviços básicos aos círculos territoriais mais baixos, sobretudo e essencialmente muitos menos as questões de igualdades e equidade do género e de grupos vulneráveis. É preciso assumir compromisso consensual versus novas abordagens, para cada vez mais transferir competências, funções, autoridades e poder a nível local, para fortalecer a participação e a representação dos pobres nos processos existentes. Sua meta suprema é o aumento da responsabilidade, da transparência e da eficiência dessas estruturas de governo na promoção de desenvolvimento e na redução da pobreza: é necessário realçar que alguns agregados de valor está em falta para que essas estruturas tornam-se equitativa em termo de género.

A maratona já começou e está acontecer nas administrações municipais. Muitos planos municipais estão a ser elaborados ou melhor dizer revistos no quadro estratégico de plano de desenvolvimento municipal. Será que a análise e integração de género (gender mainstreaming) tem sido pratica constante ou uma obrigação moral

para os planificadores locais e agentes de desenvolvimento, os municipalistas? Será que as questões específicas da mulher tem sido em conta ou reflectem nos planos municipais com maior atenção?

O rosto da pobreza é feminino e isso deve-se por muitas razões: de religiões ou crenças, hábitos, uso e costumes, praticas "tradicionais" e machistas; obviamente não obstante alongar a lista de explicação que não será exaustiva, mas é necessário aqui deixar claro que combater e minimizar a pobreza feminizada parte de antemão de uma visão da dimensão da responsabilidade institucional governamental, das políticas sectoriais, mais não se descarta a po-

ssibilidade também de combater a pobreza por responsabilidade, de iniciativa pessoal.

A inclusão das questões específicas da mulher nos processos participativos vai acarretar soluções imediatas numa perspectiva municipalista que vai reflectir nos planos municipais, usando um modelo de Desenvolvimento Económico Local, através dos produtos que são as Agencias de Desenvolvimento Económico Local; com uma forte actuação de mulheres empreendedoras, mulheres camponesas da escala media, como o caso de município de Andulo na Província do Bie através da criação de MERA - micro empresa rural associativa para fomentar renda e emprego rural.



Foto: PNUD. Administradora municipal do Andulo, Maria Lúcia Chicapa

A responsabilização do género depende em grande parte dos homens como parceiros de escolha no processo de socialização e emancipação: cada vez mais homens olham este processo com indiferença e falta de interesse, a parceria e a coordenação das acções terá menos resultados e a mulher fará caminho solitária. Contando positivamente com a participação deles, a sua flexibilidade, a sua compreensão, o seu engajamento e a sua responsabilização, este processo de igualdade de género terá êxito.

Os eventos celebrados em alusão ao mês da mulher como diz na gíria MARÇO MULHER é um grande elemento mobi-

lizador, de reflexão, manifestação de tomada de consciência e de avaliação, é um indicador de retribuição, de cedência e autorização de poder da mulher em particular, no geral de aumento das capacidades das comunidades nas questões de igualdades e equilíbrio no género. A final de conta somos iguais pelos direitos, no sentido de propulsionar o desenvolvimento inclusivo e combate a pobreza. O facto de que muito recentemente criou-se a Agencia da ONU para Mulher é indicador de tomada de consciência de colocar nas agendas dos governos a questão da mulher como prioritária, para uma rápida intervenção, para um desenvolvimento sustentável. É de referir que a nível de SADC o protocolo sobre o género e desenvolvimento foi rectificado pelos seus esta-

dos-membros, cujo Angola é signatária, reiteraram o seu compromisso para garantir a eliminação de todas as desigualdades de género na região e a promoção do gozo pleno e igual direito.

Ao concluir a nossa reflexão, estamos diante de uma proposta que roga a institucionalização da participação horizontal o modelo usado pelo Banco / Fundo Monetário Internacional as estruturas participativas e

representativas numa perspectiva de uma base legal e jurídica. No âmbito desta presente reflexão, considera-se o género e municipalização como um mecanismo de análise e de integração das acções planificadas, através de um processo de participação comunitária, no qual as pessoas, especialmente as mais desfavorecidas, em particular as mulheres, tem oportunidade de influenciar as decisões que lhes afectam.

Fonte: Guilherme Kassadi Domingos, Oficial pela Participação e Género - Projecto de Descentralização e Governação Local em Angola, PNUD.

As mulheres africanas tecem a vida

(Elisa Kidané)

Chama-se Rebeca, tem 32 anos, e é uma mulher empreendedora. Rebeca mora no bairro Damba Maria, em Benguela, onde a Fundação Habitáfrica tem vindo a trabalhar desde 2006. Rebeca é também membro activo da *Tulikoleli*, uma associação de moradores do bairro, que em Umbundu significa “Confiemo-nos”. É precisamente nos princípios da confiança e da entejuda que esta associação quer crescer e ser reconhecida pela comunidade da Damba Maria, que conta com cerca de 27.000 habitantes.

Como associada da *Tulikoleli*, Rebeca manifestou vontade de ser uma das 100 beneficiárias iniciais do programa de microcrédito que está em fase de arranque no âmbito do projecto “Desenvolvimento Integral Sustentável do Assentamento Humano da Damba Maria, Benguela: habitabilidade básica, desenvolvimento económico local, participação cidadã e fortalecimento institucional”, iniciado em Junho de 2008 e financiado pela AECID. Este programa vem dar seguimento e introduzir alguns elementos inovadores à experiência anterior de desenvolvimento económico através do microcrédito, promovida pela Habitáfrica no Bairro Damba Maria, entre 2006 e 2008.

Da experiência anterior mantêm-se os aspectos metodológicos, tais como a atribuição de crédito a grupos solidários, com particular enfoque nas mulheres, bem como a prioridade ao apoio a actividades económicas já existentes e/ou com período de reembolso curto. Como elementos inovadores destacam-se, por um lado, a aposta numa gestão tripartida e partilhada do programa: i) a gestão financeira será assegurada por uma instituição de microfinanças; ii) a dinâmica social será realizada pela associação *Tulikoleli*; e iii) a monitorização e avaliação do programa, bem como as ligações institucionais serão feitas pela Fundação Habitáfrica; por outro lado, utilizar-se-á o microcrédito como ferramenta para fortalecer o associativismo no bairro, na medida em que os potenciais beneficiários deverão ser membros e quotizar para a *Tulikoleli*.

Com esta medida pretende-se que os/as associados/as se impliquem mais nas



Foto: Fundación Habitáfrica

actividades da associação e contribuam para a sua sustentabilidade. Ao entender o microcrédito como meio para um processo gradual de autonomização socioeconómica, este programa não se centra tanto no acesso ao crédito, mas antes na assistência e aconselhamento aos negócios implementados, bem como na formação em literacia financeira aos beneficiários.

Rebeca precisa de um microcrédito para desenvolver o seu pequeno negócio de compra e venda de roupa. Como Rebeca, uma percentagem considerável das mulheres da Damba Maria desenvolve ou

desenvolveu uma actividade económica no sector informal, sendo que este tem um papel central para a subsistência dos agregados familiares das populações mais pobres. O desenvolvimento do tecido económico do bairro deve-se em grande parte ao dinamismo de pequenos negócios empreendidos por mulheres como Rebeca. Estas são pois os principais beneficiários do trabalho da Habitáfrica. Afinal, *são as mulheres africanas [que] tecem a vida...*

Fonte: Ana Fonseca, técnica de projectos da Fundación Habitáfrica



Foto: Fundación Habitáfrica

Projectos de emancipação económica de PROMAICA

O projecto que PROMAICA submeteu a financiamento por parte do Fundo Espanha-NEPAD visava o crescimento económico dos membros da comunidade periurbana de Benguela, o Bairro de Kambumbu. Este projecto visava a implementação de uma padaria, uma geladaria e uma reprografia. Com este projecto buscavam-se os seguintes objectivos:

1- Na busca de colaboradores para as actividades económicas estava prevista a discriminação positiva com vista à incorporação de mulheres. Com este método procurava-se a diminuição da taxa de desemprego de uma das franjas mais afectadas, a do sexo feminino.

2- Além do emprego directo, o emprego nas actividades económicas dá visibilidade às mulheres no seio familiar, deixando de serem vistas como não geradoras de rendimento para o sustento da família. Além disso torna-se mais fácil terem a possibilidade de investirem em áreas fundamentais para os filhos, como saúde e educação.

3- Por outro lado, a actividade da padaria permite que os habitantes do bairro tenham acesso a um bem de primeira necessidade fabricado com higiene.



Foto: OTC Angola

4- Para além da venda directa de pão aos clientes, a padaria pode funcionar como outra fonte de rendimento para as mulheres que pretendam fazer revendas: o pão para revenda é-lhes fornecido a mais baixo preço, proporcionando um lucro de cerca de 20% do investimento.

Os lucros resultantes da laboração das actividades económicas estão previstos serem investidos, em primeiro lugar, num fundo de reparação de máquinas danificadas e o restante em projectos de ordem social fomentados por PROMAICA.

Associadas ao projecto estão formações às mulheres em áreas tão diversas como higiene ou gestão e contabilidade de empresas, que, além da aplicação prática ao projecto, aumenta a formação das mulheres que poderão aplicar os seus conhecimentos em casa ou na busca de melhores condições de vida.

Fonte: PROMAICA

Jornalismo pela igualdade de oportunidades

O Fórum de Mulheres Jornalistas para a Igualdade no Género (**FMJIG**) é uma organização da sociedade civil, que congrega jornalistas de órgãos públicos e privados, comprometidos com a causa da igualdade no género. Desde 2008 que o Fórum se propõe levar a análise e discussão temas e questões que se configuram como violência doméstica e intra-familiar, através da campanha “**desafiando o silêncio: os meios de comunicação contra a violência sobre a mulher**”, tendo como base de apoio o poder dos Órgãos de Comunicação Social.

Envolver os Meios de Comunicação Social e seus profissionais nesta árdua tarefa de busca de equilíbrio entre homens e mulheres nos mais variados aspectos da vida é a contribuição máxima que as mulheres jornalistas emprestam a luta contra a violência e desigualdade social. As jornalistas, em grande número nas diferentes redacções dos meios de comunicação, apostaram em levar para as agendas das suas redacções os temas violência no género e desigualdade social, tornando a classe num importante pilar no combate ao problema.

Alcançado o objectivo do desafiar o silêncio, o Fórum saiu dos seus domínios e se lançou na conquista de espaços mais amplos, levando o debate a conversa, a busca de soluções para todo o país, com destaque para as comunidades do interior das províncias, através de encontros comunitários que reuniram moradores, autoridades tradicionais, agentes da polícia, militares e representantes da autoridade local nos municípios de Kalandula (Malange), Caimbambo (Benguela), Tanduzinze (Cabinda) e Sambizanga (Luanda).

Falar às mulheres e homens das comunidades sobre os seus direitos e deveres enquanto cidadãos e chefes de família, com o apoio de especialistas; difundir através das antenas de rádio e televisão, páginas de jornais e internet, o ABC da igualdade, respeito, tolerância e cidadania são os pilares fundamentais do FMJIG.

A independência económica das mulheres, principal obstáculo para a reivindicação dos seus direitos e para a denúncia de maus tratos no casamento ou no seio o familiar são problemas a ter em conta pelo **FMJIG**, contando com o apoio e parceiros para tal abordagem, que se apresenta pertinente e

peça fundamental para o equilíbrio e desenvolvimento da sociedade.

Apesar de constituírem o maior número de estudantes nas universidades, escolas médias e básicas, até mesmo na alfabetização, as mulheres continuam usufruindo de salários menores em relação a seus companheiros, de igual formação e nível. Estes constrangimentos emperram o desenvolvimento e a verdadeira emancipação da mulher.

Tendo em estas práticas, que constituem barreiras para uma plena igualdade de direitos entre homens e mulheres, os membros de Fórum de Mulheres Jornalistas para a Igualdade no Género e seus parceiros têm o compromisso de continuar o trabalho de sensibilização para a mudança de atitudes. Apesar de todo o esforço dos membros da nossa organização para apoiar os esforços nacionais de combate a violência doméstica, tal só foi possível com a ajuda dos nossos parceiros, com particular destaque para a Cooperação Espanhola, que tem nos apoiado e, mais do que isso, ajudado a interagir com outros actores chaves para o sucesso desta iniciativa.

Fonte: Josefa Lamberg, Coordenadora do FMJIG

Trabalhando pela justiça de género



Foto: AECID, Logo da campanha

No marco de comemoração de 8 de Março, dia Internacional da Mulher, se realizou em Madrid a segunda edição da campanha “**TU VOZ CUENTA**” (A tua voz conta), para relatar, através de diferentes vozes, os ganhos e desafios na consecução da **justiça de género** no mundo e os mecanismos para eliminar as desigualdades entre as mulheres e os homens em todos os âmbitos da vida.

As actividades que tem tido lugar durante a semana foram as seguintes: uma mesa redonda “Progressos feministas na consecução da justiça de género”, as consultas abertas sobre o “Plano Estratégico ONU Mulheres 2012-2013”, a apresentação de “Relatório da Rede Euro Mediterrânea de Direitos Humanos”, o colóquio de “Direitos Humanos e Afrodescendentes”, a apresentação da guia de género “Direito a ter direitos”, o ciclo de curtos de mulheres, um programa na Rádio Nacional de Espanha e saídas da Campanha as ruas.

TU VOZ CUENTA é uma campanha apoiada pela AECID, Secretaria de Estado de Igualdade do Governo de Espanha, ONU Mulheres-Espanha e outros actores da Cooperação Espanhola: Coordenadora da ONG para o Desenvolvimento-Espanha, ACSUR, AIETI, ACCNE, Entrepueblos, ICID, IEPALA, PBI, Solidaridad Internacional e as ONGD que integram a Plataforma 2015 y más e a Red ACTIVAS.

Fonte: OTC Angola

Arranca o processo de Programação Operativa

A Agencia Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, através do Escritório de Cooperação da Embaixada de Espanha em Angola esta a preparar em conjunto com a Sede e o resto de Unidades no exterior a Programação Operativa 2011 (PO), que decorrerá no primeiro trimestre do ano.

Este exercício adaptado aos novos princípios de eficácia da ajuda e de gestão para resultados de desenvolvimento, visa o estabelecimento de prioridades e critérios que contribuam a uma adequada e meditada distribuição de recursos e de capacidades disponíveis, assim como uma análise continua do seu impacto para oferecer uma ajuda de qualidade centrada na melhoria de vida das pessoas.

A programação permitirá, sobre a base do diálogo continuo entre todas as unidades implicadas, acertar as prioridades para o próximo ano, definir a seqüências das actividades necessárias para a sua consecução e estabelecer com clareza os recursos necessários, a distribuição de responsabilidades e o compromisso financeiro que assume AECID.

Um dos principais objectivos deste exercício é a coordenação com os processos de planificação existentes, principalmente com o Marco de Associação Angola-Espanha a ser assinado proximamente sendo um desafio para a PO, já que vincula planificação estratégica da Cooperação Espanhola com a programação operativa própria da AECID.

Fonte: OTC Angola

Seminário de lançamento do Programa Terra

No passado dia 24 de Fevereiro teve lugar no Ministério da Agricultura o seminário de lançamento do Programa Terra: “Apoio as Instituições Governamentais para a Melhoria da Gestão, Posse e Administração de Terra e demais Recursos Naturais nas Províncias do Huambo e Bié em Angola”. O projecto é financiado pela AECID e executado pela FAO.

O evento contou com a presença da Secretaria do Estado e Desenvolvimento Rural, Maria Filomena Delgado e começou com uma introdução e umas breves palavras do Coordenador Geral da Cooperação Espanhola em Angola, Josep Puig; do Representante da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, Mamoudou Diallo e do Vice Ministro dos Recursos Florestais do Ministério da Agricultura Desenvolvimento Rural e Pescas, André de Jesus Moda.

O “TERRA”, que se implementará em duas das três províncias prioritárias para CE, Huambo e Bié, incidirá principalmente em duas áreas: **o fortalecimento das instituições responsáveis da gestão das terras, e a delimitação de terras comunitárias das comunidades rurais.**

O projecto poderá prestar conhecimento técnico nestas temáticas ao resto das ONGDs que trabalham nas duas províncias, de maneira que as intervenções possam complementar-se para fortalecer as políticas estatais dirigidas a promover o desenvolvimento rural e a segurança alimentar, sendo o acesso as terras e aos recursos naturais um componente essencial para garantir o direito humano a uma alimentação adequada.

O programa TERRA de “Apoio as Instituições Governamentais para a Melhoria da Gestão, Posse de Terra e demais Recursos Naturais nas Províncias do Huambo e Bié em Angola” se enquadra nas prioridades sectoriais de trabalho da Cooperação Espanhola em Angola e no compromisso de Espanha na Luta contra a Fome.

Fonte: OTC Angola



Foto: OTC Angola

A AECID promove a qualidade de ajuda

Organizado um Seminário para a elaboração conjunta das linhas de base de cinco Convénios de ONGDs

Nos dias 17 e 18 de Fevereiro de 2011 realizou-se em Luanda o Seminário “Construir linhas de Base” promovido pelo Escritório de Cooperação de Embaixada de Espanha em Angola, com o objectivo de criar espaços participativos de diálogo, coordenação e harmonização dos actores da Cooperação Espanhola para reflectir sobre metodologias e critérios de elaboração das linhas de base previstas em cinco Convénios que terão início.

Coerentemente com a estratégia da Cooperação Espanhola em Angola definida no Marco de Associação, os cinco Convénios no valor total de 14 milhões de Euros, contemplam dois componentes transversais comuns: Municipalismo e Apoio a Sociedade Civil.



Foto: OTC Angola

A raiz das componentes comuns e a concepção geográfica nas três províncias da CE, resulta a indispensável coordenação entre os diferentes actores, uma clara divisão de trabalho e a criação de ferramentas comuns para o seguimento e avaliação do impacto das intervenções ao longo de 4 anos de duração dos convénios.

Os representantes das 5 ONGDs que implementarão os Convénios (IEPALA, CRE,

CODESPA, MMC, RESCATE) participaram no evento junto com as demais ONGDs espanholas presentes no país (CIC, MdM, JyD, MUSOL, Fundación Habitáfrica), a Universidade Autónoma de Barcelona e alguns parceiros locais (CVA e ADAC), trocando suas experiências e boas práticas no âmbito do municipalismo e do apoio a sociedade civil.

Durante o primeiro dia do seminário se realizaram varias sessões de trabalho sobre o contexto Municipalismo e Sociedade Civil em Angola e sobre o marco teórico e metodológico das linhas de base com particular atenção a inclusão do enfoque de género. No segundo dia foram apresentados os 5 Convénios, e se discutiu sobre a metodologia mais adequada para a elaboração das linhas de base.

O seminário foi primeiro momento de reflexão, graças ao qual se abriu o diálogo entre as ONGDs que puseram as bases para a harmonização das intervenções e as relativas linhas de base.

Fonte: OTC Angola

União Latina Protege a diversidade Cultural em Angola

A Agencia Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), no marco da estratégia de cultura e desenvolvimento, financia dois programas da organização internacional União Latina cujo âmbito de actuação inclui Angola. Estas acções contam com o apoio dos Ministérios da Educação, Cultura e os países implicados.

- O programa “**Multiculturalidade e Plurilinguismo: Tradição oral e educação plurilinguística**” se desenvolvem em países africanos onde coabitam, além das linguas autoctonas, algumas románicas, como primeiras ou segundas línguas. Tem como objectivo o resgate de contos populares da mais pura tradição em perigo de extinção, para que além se preserve este valioso património cultural,

servam como matérias pedagógicas destinados ao sistema educativo destes países.

Neste momento o programa se encontra na sua primeira fase de “recompilação”, para o qual a União Latina está realizando uma serie de reuniões de coordenação entre as diferentes partes participantes. A terminar esta, se procederá com a elaboração dos materiais pedagógicos, para a sua posterior edição.

- O outro programa “**Formação de profissionais para a salvaguarda dos arquivos áudio visuais em África e Ásia**”, se inscreve numa dinâmica internacional a favor da conservação, restauração e valorização do património audiovisual, com o objectivo de proteger a memória dos povos.

Na actualidade, o programa encontra-se na primeira fase formativa que terá lugar em Maputo, Moçambique, de 11 á 22 de Julho de 2011, com participantes de Moçambique, Angola e São Tome e Príncipe.

Esta formação organizada em colaboração com a televisão de Moçambique e coordenada pelo senhor Herculano Thumbó, jornalista e responsável de formação desta entidade, focará nos temas relativos à catalogação e a valorização dos arquivos televisivos. Esta formação será repartida por quatro professores provenientes de Moçambique, Brasil, Espanha e Filipinas.

Fonte: OTC Angola



OTC Angola
Rua: Presidente Marien Ngouabi nº 118

Tel: +244 - 222 356747 - 222 355540

Fax: +244 222 352874

otc.angola@aecid.es

www.aecid.es